

# DA PERIFERIA PARA O CENTRO SUJEITO REVOLUCIONÁRIO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

## Felipe Corrêa

*É o próprio povo, são os famintos,  
são os deserdados os que têm de abolir a miséria.*

**Ricardo Flores Magón**

## O CONTEXTO DA A.I.T.

O anarquismo, como ideologia, e, portanto, "um conjunto de idéias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos, que possuem uma conexão direta com a ação - o que chamamos de prática política"[1]-, propõe a derrubada do capitalismo e suas instituições fundamentais - dentre elas o Estado -, rumo ao socialismo libertário. Portanto, uma reflexão sobre o anarquismo, hoje e sempre, deve considerar este seu caráter ideológico, de busca pela transformação social.

O próprio surgimento do anarquismo na obra de Proudhon, e mais concretamente no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.) - na atuação de Bakunin e outros militantes da Aliança da Democracia Socialista - confirma este caráter.

A estratégia de transformação social proposta por Bakunin e os aliancistas era dupla. Por um lado, estimulavam o fortalecimento dos movimentos sociais da época e sua aglutinação em torno da A.I.T., que associava livremente os explorados em torno de uma base econômica comum, independente de sua ideologia. A força popular da A.I.T. constituía-se como principal meio de se chegar à revolução social. Por outro lado, trabalhavam - por meio da influência da Aliança (primeira organização específica anarquista) - para impulsionar os trabalhadores da A.I.T. à revolução social.

Nesta dupla atuação, que diferenciava o nível político e anarquista da Aliança do nível social e não-anarquista da A.I.T., Bakunin definiu os papéis de cada um destes níveis:

"A Aliança é o complemento necessário da Internacional... - Mas a Internacional e a Aliança, tendendo para o mesmo objetivo final, perseguem ao mesmo tempo objetivos diferentes. Uma tem por missão reunir as massas operárias, os milhões de trabalhadores, através das diferenças das nações e dos países, através das fronteiras de todos os Estados, num só corpo imenso e compacto; a outra, a Aliança, tem por missão dar às massas uma direção verdadeiramente revolucionária. Os programas de uma e de outra, sem serem nada opostos, são diferentes pelo próprio grau do seu desenvolvimento respectivo. O da Internacional, se o tomarmos a sério, também [contém] em germe, mas só em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é a explicação última do [programa] da Internacional."[2]

Em sua proposta de atuação em níveis diferenciados, Bakunin sustentava que o nível político e o nível social complementavam um ao outro. A estratégia de transformação social revolucionária proposta por ele baseava-se em uma interação dialética do nível político com o social. As forças populares, organizadas de baixo para cima na A.I.T., seriam as verdadeiras forças responsáveis pela revolução social e capazes de levá-la a cabo. As forças anarquistas, organizadas na Aliança, e em permanente contato com a A.I.T., exerceriam a influência necessária, de maneira antiautoritária, garantindo seus objetivos revolucionários. Ao organizar-se como minoria ativa, a Aliança dava força à proposta anarquista, buscando consolidá-la no seio das lutas sociais.

Neste contexto da A.I.T., duas propostas de transformação social revolucionária foram confrontadas. Uma delas, chamada de "centralista", defendida pelos marxistas, e a outra, chamada de "federalista", defendida pelos libertários, dentre eles Bakunin e outros membros da Aliança.

Entre as divergências que existiam, e que foram se evidenciando ao longo da história, podemos citar duas, que são trabalhadas de maneira ímpar no texto de Rudolf de Jong. As diferenças em torno do sujeito revolucionário e do caminho para a transformação social. Estas duas diferenças separaram, e

ainda separam, em grande medida, duas propostas diferentes de entender a estratégia revolucionária: a anarquista e a marxista.

Rudolf de Jong escolheu para trabalhar todo o pano de fundo desta análise do sujeito revolucionário e da transformação social as relações que definiu como "centro-periferia" que, se por um lado retomam concepções clássicas do anarquismo, por outro nos trazem contribuições relevantes para o anarquismo social e militante de hoje.

## RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA

As relações centro-periferia baseiam-se em uma forma libertária de se enxergar as relações presentes em nossa sociedade. Elas estão fundamentadas nas relações de domínio estabelecidas pelos centros em relação às periferias, entendendo que a dominação existe quando uma pessoa ou um grupo de pessoas utiliza-se "da força social de outrem (do dominado), e, conseqüentemente, de seu tempo, para realizar seus objetivos (do dominador) - que não são os objetivos do agente subjugado"[3]. Assim, desde as questões mais complexas como o capitalismo e o Estado, até as relações de poder dentro de um movimento social ou mesmo de uma organização política podem ser analisadas por esta perspectiva. A luta permanente dos anarquistas, que se constituiu classicamente pelo fim das relações de domínio, é colocada por Rudolf de Jong como a luta permanente pelo fim das relações centro-periferia.

Este objetivo norteia a teoria e a prática dos anarquistas. Ao conceber um modelo teórico de transformação social, a busca pelo fim das relações centro-periferia sugere uma reflexão crítica acerca do Estado, do partido, do exército e das posições de direção e/ou vanguarda. Sugere, também, uma definição do sujeito revolucionário, agente privilegiado deste processo de transformação social.

O fim das chamadas relações centro-periferia norteia toda a atuação dos anarquistas em sua luta na busca da revolução social, fato este que já vem se confirmando pela estratégia de transformação social revolucionária adotada pelos anarquistas, desde a A.I.T., ainda no século XIX. É este modelo de luta, da periferia para o centro, que vem distinguindo anarquistas e a grande maioria dos marxistas, na busca por esta transformação. Comparando as estratégias marxista e anarquista para a transformação social, podemos dizer que

"os revolucionários marxistas, os reformistas sociais e, em geral, a maioria dos militantes de esquerda querem sempre usar o centro como um instrumento - e na prática como o instrumento - para a emancipação da humanidade. Seu modelo é sempre um centro: Estado, partido ou exército. Para eles a revolução significa, em primeiro lugar, a tomada do centro e de sua estrutura de poder, ou a criação de um novo centro, para utilizá-lo como um instrumento para a construção de uma nova sociedade. Os anarquistas não desejam tomar o centro; desejam sua destruição imediata. É sua opinião que, depois da revolução, dificilmente haverá lugar para um centro na nova sociedade. A luta contra o centro é seu modelo revolucionário e, em sua estratégia, os anarquistas tentam evitar a criação de um novo centro."[4]

A partir desta diferença entre anarquismo e marxismo, e do modelo das relações centro-periferia colocado por Rudolf de Jong, podemos refletir sobre duas diferenças fundamentais que vêm separando, desde o século XIX, estas duas formas de conceber a transformação social revolucionária: o entendimento de quem é o sujeito revolucionário e do caminho mais adequado para a transformação social revolucionária.

## O SUJEITO REVOLUCIONÁRIO

Uma discussão que vem sendo travada há tempos dentro da corrente socialista revolucionária, sendo esta entendida de maneira ampla, é sobre quem seria o sujeito revolucionário, ou seja, aquele setor da população que teria a responsabilidade e a capacidade de realizar a revolução. Ainda na A.I.T., evidenciou-se uma diferença entre a concepção de Marx e a de Bakunin.

Marx, ao realizar sua análise da história e identificar a contradição evidenciada na luta de classes entre a burguesia e o proletariado, colocava sua expectativa em uma parte específica do proletariado: o proletariado industrial e urbano, que existia em abundância nas regiões mais desenvolvidas economicamente. Marx acreditava que, antes da revolução rumo ao socialismo, que conduziria à ditadura do proletariado, a sociedade deveria passar por uma revolução burguesa, que estabelecesse o capitalismo de maneira plena, desenvolvendo as forças produtivas e criando este proletariado industrial - o sujeito revolucionário que conduziria a sociedade à sua emancipação. Desta maneira, as forças

progressistas da sociedade seriam a burguesia (que transformaria as economias pré-capitalistas em capitalismo) e o proletariado (que transformaria o capitalismo em socialismo).

Assim, apesar do conjunto de classes exploradas ser muito mais amplo que este setor do proletariado definido por Marx como sujeito revolucionário, ele não acreditava que outros setores pudessem ser investidos desta função revolucionária. O lumpemproletariado, os camponeses, trabalhadores manuais e as culturas pré-capitalistas não teriam, para ele, um papel revolucionário; muitas vezes, ao contrário, seriam forças conservadoras.

Bakunin trabalhava com um conceito mais amplo e generoso de sujeito revolucionário. Incluía nele, com grande ênfase, os camponeses, concebendo que a revolução não poderia ser realizada, plenamente, pelo proletariado industrial e urbano. A revolução social, que conduziria ao socialismo libertário deveria, necessariamente, contar com a contribuição dos camponeses. Enfatizava Bakunin que:

"A sublevação do proletariado das cidades não é suficiente; com ela teríamos somente uma revolução política, que teria necessariamente contra ela a reação natural e legítima do povo dos campos, e esta reação, ou unicamente a indiferença dos camponeses, esmagaria a revolução das cidades, como aconteceu ultimamente na França. Só a revolução universal é suficientemente forte para inverter e quebrar o poder organizado do Estado, sustentado pelos recursos das classes ricas. Mas a revolução universal é a revolução social, é a revolução simultânea dos povos dos campos e das cidades. É isso que é preciso organizar, - porque sem uma organização preparatória, os elementos mais fortes são impotentes e nulos."5 (grifos nossos)

"Que fazer? Não podendo impor a revolução nos campos, é preciso produzi-la, provocando o movimento revolucionário dos próprios camponeses, levando-os a destruir, com as suas mãos, a ordem pública, todas as instituições políticas e civis e a construir, a organizar nos campos a anarquia."6

Ao discutir a revolução social na Europa e dar preferência aos países "periféricos" como Espanha, Rússia e Itália, Bakunin diferenciava-se de Marx, dando, além desta atenção ao potencial revolucionário dos camponeses, ênfase ao "lumpemproletariado" - que aparece descrito abaixo como "proletariado esfarrapado" - em suas reflexões sobre a revolução na Itália.

"Não existe na Itália, como em muitos outros países da Europa, classe operária separada, em parte já privilegiada graças a altos salários, gabando-se inclusive de certos conhecimentos literários, e a tal ponto impregnada das idéias, das aspirações e da vaidade burguesas, que, os operários que pertencem a este meio, só se diferenciam dos burgueses por sua condição, de forma alguma por sua tendência. É sobretudo na Alemanha e na Suíça que existem muitos operários deste tipo; todavia, na Itália, há bem poucos, tão poucos que eles estão perdidos na massa e não têm nenhuma influência sobre ela. O que predomina na Itália, é esse proletariado esfarrapado, dos quais o Srs. Marx e Engels e, em seguida, toda a Escola da social-democracia alemã, falam com o mais profundo desprezo, e bem injustamente, pois é nele, e apenas nele, e não na camada aburguesada da massa operária, que reside, na totalidade, o espírito e a força da futura revolução social."7 (grifos nossos)

Rudolf de Jong, ao mapear as relações centro-periferia, retoma estes conceitos do anarquismo clássico que foram expressados por Bakunin e os extrapola, propondo uma série de relações que constituem toda importante base para a concepção do sujeito revolucionário de hoje. Estas relações de dominação - que constituem as relações centro-periferia e que, portanto, nos fazem entender o conjunto de classes exploradas - identificam como explorados os membros das culturas e sociedades completamente distantes do centro e também daquelas que, em contato com o centro, buscam manter sua identidade (fundamentalmente os indígenas). Identificam, ainda, explorados como pequenos produtores, trabalhadores especializados, camponeses, "lumpemproletariado", desempregados, trabalhadores precários e assalariados, pobres etc., mesmo sabendo que várias destas categorias se sobrepõem. Assim, para ele, todas estas vítimas das relações centro-periferia constituiriam o sujeito revolucionário de hoje.

## A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL REVOLUCIONÁRIA

O modelo de transformação social revolucionária proposto pelo anarquismo também diverge amplamente dos modelos derivados do marxismo, sejam eles reformistas ou revolucionários. Desde a A.I.T., a questão entre os meios e os fins permanece a mesma. Isso porque, entre marxistas e anarquistas, geralmente houve certo acordo em relação à crítica do capitalismo e uma aproximação na proposta de sociedade futura. A divergência sempre se deu, e ainda se dá, em relação aos meios de se chegar ao fim desejado. Entre outras coisas, os anarquistas nunca concordaram com o papel do Estado e do socialismo como

"período intermediário" (de ditadura do proletariado) reivindicado pelos marxistas.

Para a grande maioria dos marxistas, a revolução passa, necessariamente, pela tomada do Estado e pelo estabelecimento de um período de centralização e ditadura, fato que nunca foi aceito pelos anarquistas. Bakunin, em um prognóstico mais do que certo, previa, ainda no século XIX, o que seriam as experiências "socialistas" do século XX. Previa ele que este modelo de transformação social - que Rudolf de Jong chamaria de transformação do centro para a periferia - não conduz à emancipação do povo, mas sim à continuidade da sua escravidão. Isto porque não há como se defender os interesses da periferia - neste caso, o povo explorado - por meio de uma instituição do centro - o Estado.

Bakunin conseguiria antever que, assim que o Estado fosse tomado, ainda que sob justificativa da defesa dos interesses do povo, seria criada uma nova classe de exploradores que continuaria a dominação, ao invés de acabar com ela. Esta "nova classe", ainda segundo Bakunin, nunca mais abandonaria as posições de privilégio adquiridas. O socialismo como período intermediário, ou a "ditadura do proletariado", nunca chegaria à sociedade sem Estado. A nova classe no comando do Estado passaria a defender não mais os interesses do povo, mas sim os seus próprios interesses.

Tudo isso porque o problema não está em quem ocupa o Estado, mas no Estado em si. Sabemos que não é suficiente substituir o rei, se a monarquia continua, e o mesmo vale para o Estado. A questão não é questionar quem está no Estado, mas o Estado em si, pois como ele é um pilar fundamental do capitalismo, não é neutro, reproduz e sustenta relações de domínio e exploração em seu seio. Assim,

"(...) nenhum Estado, por mais democráticas que sejam as suas formas, mesmo a república política mais vermelha, popular apenas no sentido desta mentira conhecida sob o nome de representação do povo, está em condições de dar a este o que ele precisa, isto é, a livre organização de seus próprios interesses, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima, porque todo Estado, mesmo o mais republicano e mais democrático, mesmo pseudopopular, como o Estado imaginado pelo Sr. Marx, não é outra coisa, em sua essência, senão o governo das massas de cima para baixo, com uma minoria intelectual, e por isto mesmo privilegiada, dizendo compreender melhor os verdadeiros interesses do povo, mais do que o próprio povo."[8]

A coerência entre meios e fins, fortemente defendida no anarquismo, aponta ser uma imensa contradição querer defender o conjunto de classes exploradas, que é um elemento periférico da sociedade, por meio de uma instituição que é um pilar fundamental do sistema capitalista e da sociedade de classes, ou seja, uma instituição central.

Diferentemente, a luta anarquista pela transformação social revolucionária não passa pela tomada do Estado, mas sim pela mobilização de amplos setores da população para, de baixo para cima, promover a revolução social e abrir caminho rumo ao socialismo libertário. A revolução social, na concepção anarquista, promove uma imediata substituição do Estado pelas estruturas autogeridas e federadas do socialismo libertário, momento em que o poder político é descentralizado e autogerido pelo povo. A nosso ver, o caminho para operar esta transformação social se dá por meio da criação e do desenvolvimento de movimentos sociais, juntamente com a organização específica anarquista, desenvolvendo suas atividades de trabalho/inserção social, produção/reprodução de teoria, propaganda anarquista, formação política, concepção e aplicação de estratégia, relações políticas e sociais, gestão de recursos.

Os movimentos sociais, ao possuírem determinadas características (força, classismo, autonomia, combatividade, ação direta, democracia direta e perspectiva revolucionária), terão condições de aliar-se na luta pela transformação social revolucionária, constituindo uma forma de organização popular ampla, que agregue o maior número possível de movimentos sociais radicalizados, negando a centralização e hierarquia, e afirmando o federalismo e a horizontalidade. O papel da organização específica anarquista é, lado a lado com os movimentos sociais - ou com a própria organização popular - influenciar-lhes o quanto for possível, para que estas características estejam presentes, funcionando como o fermento deste bolo, que se aquece com o calor da luta de classes.

Este modelo de anarquismo foi desenvolvido, entre outros, por Malatesta, que sugere uma transformação social revolucionária neste sentido, da periferia para o centro. Vejamos um resumo deste modelo de transformação.

"Ao povo que quer se emancipar, só resta uma saída: opor violência a violência. Disso resulta que devemos trabalhar para despertar nos oprimidos o vivo desejo de uma transformação radical da sociedade, e persuadi-los de que, unindo-se possuem a força de vencer. Devemos propagar nosso ideal e preparar as forças morais e materiais necessárias para vencer as forças inimigas e organizar a nova sociedade. Quando tivermos força suficiente, deveremos, aproveitando as circunstâncias favoráveis que se produzirão, ou que nós mesmos provocaremos, fazer a revolução social: derrubar pela força o governo, expropriar pela força os proprietários, tornar comuns os meios de subsistência e de produção, e impedir que novos governantes venham impor sua vontade e opor-se à reorganização social, feita

diretamente pelos interessados. (...) Devemos fazer com que o povo, em sua totalidade e em suas diferentes frações, exija, imponha e realize, ele próprio, todas as melhorias, todas as liberdades que deseja, na medida em que concebe a necessidade disso e que adquire a força para impô-las. Assim, propagando sempre nosso programa integral e lutando de forma incessante por sua completa realização, devemos incitar o povo a reivindicar e impor cada vez mais, até que ele consiga a sua emancipação definitiva. (...) A propaganda, oral ou escrita, sozinha, é impotente para conquistar para as nossas idéias toda a grande massa popular. É preciso uma educação prática, que seja alternadamente causa e resultado da transformação gradual do meio. (...) Denunciando sempre esta espécie de governo, exigindo sempre a liberdade integral, devemos favorecer todo combate por liberdades parciais, convictos de que é pela luta que se aprende a lutar. Começando a provar a liberdade, acaba-se por desejá-la inteiramente. Devemos sempre estar com o povo; e quando não conseguirmos fazer com que queira muito, devemos fazer com que, pelo menos, ele comece a exigir alguma coisa. E devemos nos esforçar a que aprenda a obter por si mesmo o que quer - pouco ou muito -, e a odiar e a desprezar quem quer que vá ou queira fazer parte do governo. (...) Devemos procurar enfraquecê-lo [o governo] e obrigá-lo a fazer uso dele o menos perigosamente possível. Mas, esta ação, devemos fazê-la sempre de fora e contra o governo, pela agitação na rua, ameaçando tomar pela força o que se exige. Jamais deveremos aceitar uma função legislativa (...) pois, assim agindo, diminuiríamos a eficácia de nossa ação e trairíamos o futuro de nossa causa."[9]

Esta reflexão sobre a transformação social revolucionária evidencia ainda outra qualidade do texto de Rudolf de Jong. Ele também consegue extrapolar a questão do debate em torno do Estado. É um fato que os anarquistas já discutiram abundantemente suas diferenças com os marxistas em torno do Estado. No entanto, as reflexões, a partir desta lógica das relações centro-periferia, nos dão base para discutir outras questões.

Primeiramente, duas que são citadas pelo autor: o partido e o exército.

Rudolf de Jong expõe, também de maneira ímpar, outra diferença entre as escolas do socialismo, que está em torno da idéia de partido, ou de organização política revolucionária. A concepção de partido leninista, adotada por praticamente a totalidade das organizações marxistas durante e após a Revolução Russa, também evidenciam esta concepção de transformação pelo centro. Lenin, ao desenvolver sua teoria do partido, distorceu a proposta bakuninista de separação dos níveis político e social. Bakunin entendia esta separação da organização anarquista e dos movimentos sociais necessária, porém complementar e dialética, em que havia influências mútuas do político para o social e vice-versa. Lenin, ao pensar esta separação, colocou o nível político, representado pelo partido, acima do nível social, representado pelos "movimentos de massa", considerando os segundos apenas uma correia de transmissão do primeiro. Esta relação, a partir do modelo leninista, não se constituía mais em uma relação mútua, como desejava Bakunin, mas sim uma relação de mão única, do partido para os movimentos.

A grande diferença entre os anarquistas e os marxistas (principalmente os leninistas) que defendem esta separação entre os níveis político e social, é que os marxistas consideram que o nível político possui hierarquia e domínio em relação ao nível social, o que se confirma quando analisamos sua concepção do partido como "vanguarda do proletariado". O partido, a partir do momento que se coloca no topo da pirâmide, cuja base são os movimentos sociais, não pode ser outra coisa senão um centro. Quando o partido, constituído em vanguarda, se coloca acima ou à frente dos movimentos sociais, tende a buscar uma transformação social que, ainda que seja revolucionária, vem de cima para baixo, do centro para a periferia.

A proposta anarquista que defende esta separação dos níveis político e social é radicalmente diferente. A concepção de minoria ativa, que sustenta uma relação ética entre os níveis político e social, está em pleno acordo com a criação e o desenvolvimento dos movimentos sociais pela base, da construção da organização popular e da transformação social revolucionária que vai da periferia para o centro.

"É por meio da ética, e somente por meio dela, que a organização anarquista não atua como um partido autoritário (mesmo que revolucionário). A ética do anarquismo, diferente de todas as outras ideologias, sustenta uma posição única de relação entre os níveis político e social. Por este motivo, a ética é absolutamente central a qualquer organização anarquista que queira realizar trabalho com os movimentos sociais. Diferentemente da organização de vanguarda, o nível político organizado como minoria ativa, que atua com ética, não possui relação de hierarquia e nem de domínio em relação ao nível social. Para nós, como enfatizamos, os níveis político e social são complementares e possuem uma relação dialética. Neste caso, o nível político complementa o nível social, assim como o nível social complementa o político.

Ao contrário do que propõem os autoritários, a ética da horizontalidade que funciona dentro da organização específica anarquista se reproduz em sua relação com os movimentos sociais. Quando em contato com o nível social, a organização específica anarquista atua com ética e não busca posições de

privilégio, não impõe sua vontade, não domina, não engana, não aliena, não se julga superior, não luta pelos movimentos sociais ou à frente deles. Luta com os movimentos sociais, não avançando nem um passo sequer além do que eles pretendem dar.

Entendemos que a partir desta perspectiva ética de nível político, não existe fogo que não seja aceso coletivamente; não há como ir à frente, iluminando o caminho do povo, enquanto o próprio povo vem atrás na escuridão. O objetivo da minoria ativa é, com ética, estimular, estar junto ombro a ombro, prestar solidariedade quando ela é necessária e solicitada. Por isso, diferentemente da vanguarda, a minoria ativa é legítima."[10]

Rudolf de Jong também realiza interessantes reflexões sobre as diferenças entre marxistas e anarquistas, na discussão da luta armada. Desde sempre, as duas concepções foram diferentes. Podemos considerar, ainda no seio da Revolução Russa, as diferenças entre o Exército Vermelho, que funcionava com disciplina e hierarquia militares obrigando seus soldados a lutar[11], e o exército insurrecional makhnovista, ou mesmo a luta armada na Espanha de 1936, em que os combatentes eram voluntários e as posições de disciplina e hierarquia radicalmente diferentes.

As próprias posições mais recentes sobre a guerrilha, daqueles que se insurgiram contra os regimes ditatoriais na América Latina, é emblemática. De um lado, descendentes diretos do marxismo propunham o foquismo guevarista como estratégia de luta armada. Organizações no Brasil, na Argentina, no Uruguai etc. optaram por esta estratégia que, se por um lado sustentava uma ação de impacto no combate à ditadura, por outro pecava no apoio popular e na inserção social junto às camadas da população que se propunham a defender. Se por um lado constituía um foco de resistência relevante na luta contra o regime militar, por outro se descolava como uma vanguarda que queria lutar, não com o povo, mas pelo povo. Assim, o foquismo, na perspectiva de Rudolf de Jong, poderia ser pensado como uma tentativa de transformação do centro para a periferia.

Diferentemente, a Federação Anarquista Uruguia (F.A.U.), que aderiu à luta armada contra a ditadura no Uruguai, realizou uma reflexão que buscava pensar a luta armada, de maneira distinta do foquismo, bastante em voga naquele momento. Em um documento chamado El Copey, a F.A.U. insiste em uma concepção de luta armada em acordo com os princípios anarquistas, concebendo a transformação da periferia para o centro, ou seja, com participação significativa nos movimentos sociais - chamados "movimentos de massas" pelos uruguaios - e colocando a luta armada como mais um esforço revolucionário e não como o principal e único esforço a partir do qual se desencadeariam outros. Em sua reflexão, a F.A.U. colocou:

"Concebemos a luta armada como aspecto fundamental da prática política de um partido clandestino, que atua também com base em uma estratégia harmônica e global, no nível de massas. (...) Tudo parece indicar que a função da guerrilha urbana não é buscar a vitória em um enfrentamento direto, mano a mano, com o exército. (...) Definitivamente, a guerrilha urbana, quando se trata de busca da revolução social, parece ter como função idônea preparar o salto, a passagem qualitativa para outra forma de luta através da qual pode ser conseguida a vitória decisiva no marco urbano, a insurreição. A guerrilha urbana, cremos, portanto, só é legítima como preâmbulo e preparação necessária e imprescindível da insurreição. Processo insurrecional que, claramente, pode ter formas diversas, mas que implica sempre uma participação de certo volume dos setores de massas. (...) Não é necessário esperar que a metade mais um dos habitantes de uma cidade decidam se levantar em armas para fazer uma insurreição. (...) Portanto, quando aludimos a uma série de ações de massas de outro nível, está subentendido que participe o setor mais dinâmico das massas."[12]

Assim, apesar de a luta armada poder ser realizada pela organização política, ela não se constitui como sua única atividade e nem, muito menos, substitui a necessidade desta organização e de seu trabalho no nível social.

Uma segunda reflexão, que não é colocada diretamente por Rudolf de Jong, mas que pode ser feita a partir de seu texto, é sobre a interação entre as organizações anarquistas e os movimentos sociais. Esta reflexão da transformação pela periferia nos faz crer que, ao estabelecer este contato com os movimentos sociais, os anarquistas devem, em primeiro lugar, buscar movimentos sociais que signifiquem a periferia do sistema em que vivemos, e, em segundo lugar, dentro destes movimentos, buscar contato com as "áreas periféricas", ou seja, a base e não com a direção.

Para o trabalho social, os anarquistas devem eleger os movimentos sociais mais dispostos a radicalizar, e defender posições práticas semelhantes às suas. Isto é mais fácil, geralmente, nos movimentos sociais em que a luta de classes é mais evidente; movimentos que ainda são pouco institucionalizados, hierárquicos etc. Este raciocínio é fundamental para saber onde as sementes do anarquismo devem ser plantadas e, dentro de cada contexto, quais são as movimentações populares que devem receber a atenção dos anarquistas.

O caso do sindicalismo é um exemplo que deve ser analisado com bastante atenção. O nível de hierarquização e burocratização em que se encontram diversos sindicatos, muitas vezes, pode fazer com que eles sejam terrenos por demais complicados de atuar - utilizando muita energia dos anarquistas e oferecendo poucas possibilidades. No entanto, isso não pode ser generalizado. Há setores sindicais ainda bastante autônomos, combativos e com possibilidade de trabalho em favor do conjunto das classes exploradas. A questão é sempre verificar se o sindicato, ou mesmo o movimento social, é ou não um espaço com estas possibilidades. Se for, merece esforço.

Esta reflexão sobre o terreno mais adequado para plantar as nossas sementes deve sempre ser feita. A experiência vem mostrando que é nos setores mais periféricos que as pessoas possuem mais afinidade com o anarquismo - os setores em que as pessoas têm muito pouco, ou nada a perder.

Quando em contato com os movimentos sociais - e sabemos que muitos deles estão hierarquizados e dominados por uma direção descolada da base - os anarquistas devem sempre se aproximar da base e não da direção. Fruto de outra série de experiências práticas, esta atuação da periferia para o centro dentro dos movimentos sociais indica que os esforços das organizações anarquistas devem se dar sempre de baixo para cima, buscando construir relações com os militantes de base e, por meio de tendências ou outros agrupamentos ou entidades, fazer com que a direção seja ouvida pela ampla maioria da base, que pode exigir maior participação, democracia direta etc. Assumir posições de direção nos movimentos sociais pode e deve ser objeto de grande preocupação entre os anarquistas, pois, quando isso acontece, pode-se, mesmo que sem querer, estar insistindo em uma transformação do centro para a periferia, com conseqüências funestas para a luta.

## **PENSANDO AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA HOJE**

Finalmente, podemos afirmar que o anarquismo, como proposta ideológica de transformação social revolucionária, teve, e ainda tem, muito a oferecer ao campo do socialismo. Esta reflexão sobre a transformação social passa, inevitavelmente, por uma discussão acerca da luta de classes e de seus atores na sociedade de hoje.

Nitidamente, a contradição clássica entre a burguesia e o proletariado não dá conta das relações de dominação de hoje. Ao refletirmos sobre a questão da classe no Brasil, podemos relacionar a classificação centro-periferia de Rudolf de Jong com uma série de experiências que apontariam para novos e potenciais sujeitos revolucionários. Os sem-terra, sem-teto, desempregados, catadores de material reciclável, indígenas, camponeses, pequenos produtores etc., foram (e algumas vezes ainda são) classificados como "lumpemproletariado", tendo negado o seu potencial revolucionário. No entanto, é um fato que estes sujeitos despontam como atores importantes e fundamentais nos movimentos sociais e nas lutas de nosso tempo. Juntamente com trabalhadores e estudantes, podem constituir hoje esta importante aliança de classe em torno do projeto revolucionário.

Para este projeto, o conjunto de classes exploradas tem condições de operar, a partir dos movimentos sociais, transformações sociais significativas. O modelo anarquista de transformação social revolucionária possui aspectos bastante relevantes que podem ajudar a conceber esta transformação.

1. Trabalhar as transformações sociais por fora do Estado, que não deve ser utilizado como um meio, nem como propõem os reformistas, nem como propõem os revolucionários.
2. Reforçar a idéia anarquista de defender a ideologia dentro dos movimentos sociais e não o contrário, quando os movimentos funcionam como correia de transmissão de um partido ou uma ideologia determinada.
3. Sustentar uma interação complementar e dialética entre a organização política e os movimentos sociais (níveis político e social), em que há desenvolvimento mútuo e não há hierarquia e domínio.
4. Reconhecer a inevitabilidade do enfrentamento para a transformação revolucionária, refletindo, de maneira estratégica e tática, como e quando a violência deve ser utilizada, ainda que seja sempre como resposta, e, portanto, uma forma de autodefesa.
5. Conceber formas de atuação que dêem espaço para o envolvimento das bases, lutando com o povo e não por ele ou à frente dele.
6. Eleger os melhores espaços para atuar, buscando movimentos que agrupem militantes que sofrem de maneira mais dura os efeitos do capitalismo e que podem ser grandes aliados na luta de classes.

7. Buscar as bases dos movimentos sociais, construindo um projeto de organização popular que vá de baixo para cima, ou da periferia para o centro, visando à transformação social revolucionária.

## Novembro de 2008

---

### Notas:

- 1 FARJ. Anarquismo Social e Organização. São Paulo/Rio de Janeiro: Faísca/FARJ (no prelo).
- 2 Mikhail Bakunin. "Educação Militante". In: Conceito de Liberdade. Porto: Rés Editorial, s/d pp. 151-152.
- 3 Fabio López López. Poder e Domínio: uma visão anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001 p. 83.
- 4 Rudolf de Jong. A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária.
- 5 Mikhail Bakunin. "Necessidades da Organização". In: Conceito de Liberdade, p. 137.
- 6 Mikhail Bakunin. "Os Camponeses". In: Conceito de Liberdade, p. 119.
- 7 Mikhail Bakunin. Estatismo e Anarquia. São Paulo: Imaginário, 2003, pp. 29-30.
- 8 Ibidem. p. 47.
- 9 Errico Malatesta. "Programa Anarquista". In: Escritos Revolucionários. São Paulo: Imaginário, pp. 13-23.
- 10 FARJ. Anarquismo Social e Organização.
- 11 Sabe-se que no Exército Vermelho os desertores eram mortos e que, quando isso não funcionava mais, os bolcheviques ameaçavam de morte as famílias dos combatentes, em caso de deserção.
- 12 FAU. El Copey. A utilização da palavra "partido" aqui é feita da mesma maneira que o fez Malatesta, que por partido referia-se



# Nossa Concepção de Poder Popular

Artigo teórico elaborado pela Coordenação Anarquista Brasileira para o primeiro número de sua revista Socialismo Libertário, publicado em junho de 2012.

“Uma concepção e uma prática de autogestão têm, em sua produção específica, seu próprio discurso. Têm sua própria produção de poder que, nesse caso, é de poder popular.”  
**Federação Anarquista Uruguaia (FAU)**

O especificismo, nossa corrente do anarquismo, em especial na América Latina, vem se preocupando há mais de meio século com a problemática do poder popular. Nesse texto, tratamos de formalizar elementos relevantes dessa discussão, que hoje são compartilhados pelas organizações que constituem a CAB.

Nossa concepção de poder popular constitui, simultaneamente, um objetivo e uma estratégia, ambos os quais fornecem as bases para uma prática política ancorada no contexto histórico e geográfico em que estamos inseridos, de maneira a fortalecer nossa intervenção no conjunto de forças em jogo. Não se trata, dessa maneira, de uma discussão puramente teórica ou filosófica, que visa tão-somente conhecer a realidade ou refletir abstratamente sobre ela. Para nós, o anarquismo é uma ideologia: um “conjunto de idéias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política”. [FARJ. Anarquismo Social e Organização]

Pensamos que o anarquismo deve, necessariamente, conceber essa prática política no intuito de transformar a realidade em que estamos inseridos, e é nesse sentido que concebemos nossa proposta de poder popular, pautada em uma estratégia determinada de intervenção social, de uma prática política, que possa impulsionar nosso objetivo revolucionário e socialista.

## O anarquismo e o poder popular

O anarquismo surge durante o século XIX como uma forma de socialismo, ou seja, como uma de suas correntes, a qual conta, hoje, com uma longa história na luta dos oprimidos, envolvendo embates, conquistas, derrotas, prazeres, sofrimentos e martírios.

“Há sacrifícios, lutas, sangue e sonhos no interior desse conceito de socialismo. Há uma longa história de resistências. É uma produção histórica vinculada aos anseios dos de baixo. Não é uma ciência, mas uma aspiração, uma esperança do ser humano, das classes, coletivos e povos oprimidos.” [FAU/FAG. Wellington Gallarza e Malvina Tavares: trabalho FAU-FAG por uma teoria política libertária]

Essa longa história do anarquismo, inseparável das lutas que ocorreram e ainda ocorrem no sistema de dominação em que nos inserimos, constitui uma intensa memória, sobre a qual constituímos nossas certezas ideológicas, pautadas nos princípios que vêm fundamentando a ideologia anarquista. A longa história do anarquismo acumulou saberes, em mais de um século de intensas batalhas, vividos e construídos coletivamente, a partir de um conjunto riquíssimo de experiências que buscaram um mesmo objetivo finalista: promover a revolução social e consolidar um sistema socialista e libertário, chamado historicamente de socialismo libertário, comunismo libertário ou simplesmente anarquia. “O objetivo finalista originário do projeto socialista é o estabelecimento de uma sociedade igualitária, uma sociedade [...] sem classes”. [CAZP. Alagoas e o Poder Popular] Esse objetivo prevê o fim da dominação de maneira geral, tanto da exploração econômica, quanto os outros tipos de dominação.

Para nós, é fundamental ultrapassar as discussões de forma, dos termos em questão, e realizar uma abordagem que leve em conta os conteúdos fundamentais da proposta anarquista. Por isso, entendemos que o anarquismo sempre esteve pautado, desde seu surgimento, em estratégias de poder popular. Quando Bakunin, por exemplo, propunha um programa para a intervenção dos anarquistas na Associação Internacional dos Trabalhadores, não fazia outra coisa senão propor um projeto de poder popular, que pudesse transformar a sociedade por meio de uma prática revolucionária dos trabalhadores. Podemos afirmar, diferentemente do que vêm sendo afirmado, que o anarquismo nunca foi contra o poder, mas desenvolveu, ao mesmo tempo, críticas de um determinado tipo de poder (dominação) e proposições de um outro tipo de poder.

Todas as práticas anarquistas forjadas em meio às classes oprimidas e que tiveram e têm por objetivo torná-las protagonistas de suas lutas e de seu próprio processo de emancipação e libertação foram, e são, para nós, projetos de poder popular. Há germes de propostas de poder popular em lutas populares do passado e do presente. Portanto, não compreendemos que a idéia de poder popular seja algo novo; o anarquismo, conforme enfatizamos, em sua longa história, desenvolveu alguns projetos de poder popular, sempre situados dentro dos marcos caracterizados pelos seus princípios.

Quando refletimos sobre a questão do poder popular, em realidade, retomamos parte significativa das teorias e práticas desenvolvidas pelos anarquistas ao longo da história mas, ao mesmo tempo, optamos por algumas delas em detrimento de outras. Além disso, desenvolvemos posições próprias, no intuito de revitalizar questões que julgamos fundamentais, para uma prática política adequada com o contexto em que estamos inseridos.

### **O conceito de poder**

São distintos os entendimentos do conceito de poder no campo da esquerda, e pela nossa própria defesa do conceito de poder popular, entendemos ser necessário definir com algum rigor o nosso conceito de poder.

Concebemos o poder como uma relação social estabelecida a partir do enfrentamento entre diversas forças sociais, quando uma ou mais forças se impõem às outras.

Qualquer sociedade possui uma relação dinâmica e permanente entre as forças que estão em jogo. Por isso, qualquer sociedade possui relações de poder. Indivíduos, grupos, classes sociais possuem capacidade de realização, que podem ou não se tornar forças sociais. Dessa maneira, distinguimos esses dois conceitos: “uma força social tem determinada capacidade de realização. Capacidade de realização pode ser entendida, como a possibilidade de produzir de determinada força social, quando colocada em ação pelo agente que a detém”. [Fábio López. Poder e Domínio] Assim, a capacidade de realização coloca-se no campo das possibilidades; um agente, um agrupamento pode ter uma capacidade de realização, mas transformará essa capacidade em força social no momento em que intervier nas forças em jogo. A força social implica que a capacidade saia do campo da possibilidade e passe a fazer parte do campo da realidade.

Não se pode, também, confundir força social com poder. “Poder não pode ser mero sinônimo de força social, pois para ter poder é necessário fazer uso de sua força e ela ter efeito – ou ao menos poder fazer uso desta força (quando lhe convier) e isto ser o suficiente para conseguir o efeito”. [Fábio López. Poder e Domínio] O poder existe, de fato, quando há uma imposição de vontade de um agente ou conjunto de agentes por meio da força social que consegue mobilizar para sobrepor as forças mobilizadas por aqueles que se opõem.

### **Poder e dominação**

Falar que qualquer sociedade possui relações de poder não significa, entretanto, afirmar que todas as sociedades, e todas as relações sociais, fundamentam-se na dominação. É por isso que consideramos fundamental distinguir os conceitos de poder e de dominação.

A dominação é um tipo de poder, que caracterizamos como um poder autoritário, contra o qual temos nos mobilizado historicamente. A dominação é uma relação de poder hierárquica que pode se institucionalizar com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Ela explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico das relações de classes, ainda que não se possa reduzir dominação à dominação de classe. [Alfredo Errandonea. Sociología de la Dominación] O anarquismo, desde seu surgimento, vem lutando contra as distintas relações de dominação: entre as classes sociais, de gênero, de raça, imperialistas etc. Portanto, o anarquismo é contra um tipo de poder caracterizado pela dominação que, infelizmente, caracteriza o modelo de poder hegemônico no capitalismo.

Em oposição à dominação e ao modelo de poder que a caracteriza, o poder dominador, defendemos a autogestão e o federalismo libertário, caracterizados por um modelo de poder autogestionário e federalista, chamado por nós de poder popular. A autogestão e o federalismo são o oposto da dominação e implicam a participação no planejamento e nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente. Sua aplicação generalizada implica a substituição de um sistema de dominação por uma sociedade igualitária/libertária.

“Podemos dizer que autogestão seria, em termos gerais, o poder efetivo de decisão sobre o conjunto das questões políticas, econômicas, sociais; não realizado de cima para baixo, a partir da cúpula, mas de baixo para cima, a partir da base. Definição que abrange diversos campos: formas de organização política, organização dos processos de produção e serviços, educação, aspectos culturais e ideológicos. A autogestão, assim concebida, com a amplitude que acreditamos estar nela implicada, é toda uma concepção que precisa de elementos coerentes para um autêntico desenvolvimento. Implica uma transformação radical, não apenas econômica – como, de forma limitada, é tratada muitas vezes –, mas também política e ideológica. A autogestão não disciplina corpos para a submissão, para a obediência e para o mando, mas tende a destruir, a descontinuar a noção atual de política como algo reservado a uma casta, dando um outro conteúdo a esse conceito: a tomada, pelas próprias mãos, dos diversos organismos sociais, em todos os níveis e sem intermediários, dos assuntos que lhe competem, visando construir uma ordem social sobre essas bases. O que também implica socializar a política; não desconstruir seu espaço específico, mas concebê-lo de uma outra maneira.” [FAU. Poder, Autogestão e Luta de Classes: uma aproximação do tema]

Conforme buscaremos demonstrar, nossa concepção de poder popular está fundamentada nas noções de autogestão e de federalismo libertário em oposição à dominação. Por isso diferenciamos poder de dominação; o poder que defendemos, construído a partir da idéia de autogestão e de federalismo, constitui as bases de nosso conceito de poder popular e se opõe radicalmente à dominação.

### **O conceito de poder popular**

Como já enfatizamos, compreendemos que “o poder não é algo necessariamente antipopular”; “o poder popular legítimo deve existir para oprimir os planos de tirania, que sempre surgem nas cabeças de alguns agentes”. [Fábio López. Poder e Domínio] Assim, nosso projeto de poder popular torna-se uma ferramenta, um tipo de contrapoder ao poder existente, caracterizado pela dominação.

Em termos macro-sociais, podemos dizer que concebemos o poder popular como um modelo generalizado de poder pautado na autogestão e estabelecido pelas classes oprimidas em relação às classes dominantes, o qual fornece as bases para uma nova sociedade. O poder popular, assim concebido, visa a supressão do capitalismo, do Estado e das relações de dominação de maneira geral, substituindo-os por uma nova estrutura de poder, estabelecida a partir dos locais de trabalho e de moradia; só pode consolidar-se, portanto, por meio de um processo revolucionário.

Opor nosso projeto de poder popular à dominação implica, obrigatoriamente, um combate árduo contra as forças sociais mobilizadas, fundamentalmente, pelas classes dominantes. Em meio à luta de classes, que caracteriza o sistema de dominação em que estamos inseridos, temos uma posição muito clara de, como parte das classes oprimidas – já que compreendemos o anarquismo como uma ideologia das classes oprimidas –, impulsionar um processo que conforme a capacidade de realização dessas classes em força social e, a partir de sua intervenção como movimentos populares, consiga impor nossa força às classes dominantes, acabar com a dominação e estabelecer esse poder popular, pautado na autogestão generalizada. O poder popular deve, portanto, ser edificado pela força dos oprimidos, a partir da comunhão de certos princípios, irmanados solidariamente em sua diversidade e com um mesmo objetivo.

“Não se trata de colocar o nome de poder popular às velhas e conhecidas formas de ação política e de representação que excluem o povo de toda instância de decisão fundamental. Portanto, não se trata simplesmente de tomar das classes dominantes o atual poder político centralizado, e sim de difundi-lo, descentralizá-lo nos organismos populares, de transformá-lo em outra coisa. De transformá-lo em uma nova estrutura político-social. Tomar o poder é tomar o poder nas fábricas, nos campos, nas minas, nas oficinas, nas escolas, nos hospitais, nas centrais elétricas, nos meios de comunicação, nas universidades, e o poder é dos trabalhadores e do povo quando são organismos por eles controlados, amplamente democráticos e participativos, onde os que os assumem, apropriam-se das funções tutelares exercidas desde a esfera estatal.” [FAG. Declaração de Princípios]

O poder popular é, portanto, ao mesmo tempo um objetivo e uma estratégia defendidos pelo anarquismo especificista. Ele aproxima nosso ideal libertário de um projeto de poder imprescindível para levar a cabo as rupturas que implicam o alcance de nosso objetivo finalista e não possui relação com as concepções vigentes de “tomada do poder” a partir das instituições de dominação, como no caso do Estado, seja de maneira revolucionária ou reformista.

### **O projeto estratégico de nossa corrente**

A coerência estratégica que marca a intervenção anarquista na realidade fundamenta-se na noção, para nós bastante óbvia, de que o objetivo deve condicionar a estratégia e esta a tática. Ou seja, os meios que utilizarmos conduzirão, necessariamente, a fins condizentes com eles. Se colocamos o poder popular como um objetivo estratégico a ser atingido por um processo revolucionário de mobilização e luta, não há como não conceber estratégias e táticas condizentes com esse objetivo e que nos façam caminhar rumo a eles. Esse projeto estratégico do anarquismo especificista caracteriza-se basicamente pelo que temos chamado de construção do poder popular e da criação de um povo forte. É nesse sentido que o poder popular ganha, também, uma função estratégica fundamental.

Afirmamos que a base do poder popular é a autogestão e o federalismo libertário; portanto, nesse processo estratégico de mobilização e luta, compreendemos que a autogestão e o federalismo devem fundamentar a base de nosso programa de intervenção na criação e na participação de movimentos populares. Dentre as distintas estratégias defendidas historicamente pelos anarquistas, nossa estratégia de poder popular caracteriza-se por constituir uma estratégia de massas. Isso significa que queremos contribuir com a organização das massas de maneira que elas possam ser protagonistas de suas lutas, de curto e longo prazo, responsabilizando-se tanto por suas conquistas e melhorias do dia-a-dia, como também pelo processo de transformação revolucionária, que as emancipará e libertará complementemente.

“Ainda que o poder popular seja um projeto de longo prazo (quando a força das classes oprimidas supera as forças das classes dominantes), ele começa a desenvolver-se e se fortalece a partir das experiências de mobilização e luta de curto prazo, forjadas sobre necessidades imediatas da população. Portanto, construir o poder popular exige uma atuação imediata e não de espera em relação a outros fatores que possam trazê-lo sem maiores esforços, pois é na sociedade presente que se desenvolve o embrião da sociedade futura.” [OASL. Anarquismo Especificista e Poder Popular]

Por isso, sustentamos que o poder popular tem de começar a ser edificado na luta popular, organizada e protagonizada pelos diversos setores das classes oprimidas, em torno das questões mais imediatas, visando os processos de ruptura mais profundos. Construir o poder popular e criar um povo forte implicam, além de fazer as lutas de curto prazo, avançar para lutas de médio e longo prazo e, por isso, temos defendido a organização popular em uma frente de classes oprimidas, que pode fortalecer permanente a força social das classes dominadas, colocado-as em oposição direta às forças mobilizadas pelas classes dominantes. Tal processo de organização popular, deve ser forjado “como resultado de um processo de convergência de diversas organizações sociais e diferentes movimentos populares, que são fruto da luta de classes”. [FARJ. Anarquismo Social e Organização] Trata-se de rearticular os oprimidos em torno de um projeto comum de transformação social.

Dentre as várias ferramentas existentes para a ampliação de força social está a organização. Quando nos propomos a organizar movimentos populares e participar deles com um programa determinado, acreditamos que estamos potencializando as forças das classes oprimidas a partir dessa importante ferramenta. “Construir o poder popular implica, assim, desde já, organizar novos movimentos sociais e integrar movimentos já existentes, defendendo uma posição de fortalecimento permanente. E ele só poderá surgir e realizar-se com e pelo povo, enquanto classe.” [OASL. Anarquismo Especificista e Poder Popular] Em nossa intervenção no sentido de criar movimentos populares e neles ingressar, nos apoiamos em princípios que permitam impulsionar lutas de massas que possam contribuir no fortalecimento do nosso projeto de poder popular; independência e solidariedade de classe, combatividade e ação direta, democracia direta, autogestão e federalismo. Tais princípios, defendidos historicamente pelos anarquistas no seio das lutas populares, nos servem de inspiração e de guia para a organização autogestionária no sentido de construir o poder popular.

Construir o poder popular significa construir outras relações de poder que coloquem em xeque os poderes dominantes, suas estruturas e instituições econômicas, políticas, jurídicas, militares, ideológicas, culturais; enfim, o status quo. Trata-se de ousar derrotar o sistema de dominação e realizar, na plena solidariedade da luta popular, o acúmulo de força social necessário para desequilibrar as relações sociais impostas pelas classes dominantes e, por meio do conflito social, avançar, acumular, potencializar e romper com as estruturas sistêmicas atuais. Essa estratégia só poderá contribuir com esse processo de acumulação de forças e rupturas se estiver funcionando em nossas próprias práticas políticas, que devem demonstrar uma consonância entre discursos e ações.

Compreendemos que a criação de um povo forte só poderá ocorrer se as lutas dos movimentos populares estiverem fundamentadas na autogestão. É somente por mecanismos ampliados de participação, que implicam meios libertários e igualitários, que entendemos poder estimular o fortalecimento popular de maneira a criar os sujeitos capazes de realizar essa transformação social de bases tão amplas. Organizar as diferentes

expressões de luta popular segundo nossos princípios é criar um povo forte; um fator imprescindível para o sucesso de nossa estratégia.

Os sujeitos revolucionários não estão dados historicamente por uma posição histórica determinista e mecanicista; nem chegarão à consciência e à luz por meio da atuação de auto-reivindicadas vanguardas.

“Para construir povo forte e poder popular é preciso construir os sujeitos da mudança, pois estes não são dados a priori. [...] Quanto aos sujeitos revolucionários a estrutura econômica-política é um ponto de partida, mas não define mecanicamente os agentes sociais transformadores. [...] Todavia, os trabalhadores enquanto não se reconhecem e enquanto não possuem vontade própria, continuam a ser peças reprodutoras da engrenagem do sistema. Criar capacidade política no povo é desenvolver seu potencial organizativo e prático, potenciais estes que o próprio povo já possui em estado latente uma vez que lida diariamente com as situações de trabalho e dos problemas da vida social cotidiana.” [CAZP. Alagoas e o Poder Popular]

O novo sujeito, capaz de construir o projeto de poder popular que defendemos, deve, portanto, necessariamente ser (re)construído. A intervenção que temos por meio de nossa prática política busca essa reconstrução na luta contra a fragmentação do tecido social, completamente esgarçado pelas práticas de dominação, e pelo acúmulo das lutas cotidianas, que geram saberes e práticas relevantes, com potencial transformador. “É, portanto, no seio das lutas que se constrói o poder popular e, por conseqüência outro sujeito histórico, tanto no pessoal como coletivo. Um sujeito que não é determinado a priori, mas historicamente, no seio das lutas dos movimentos sociais.” [OASL. Anarquismo Especificista e Poder Popular] Devemos estar convictos de que esse novo sujeito deve levar consigo a idéia de um mundo novo, com outra forma de organização social, e que ele é capaz de empoderar-se, protagonizar e transformar a realidade em que está inserido.

### **O papel da organização específica anarquista**

Ainda que estejamos defendendo o poder popular como uma estratégia de massas, isso não significa abrir mão de um outro elemento imprescindível, a nosso ver, na construção do poder popular; trata-se da organização específica anarquista.

“O problema do poder, decisivo em uma transformação social profunda, só pode ser resolvido a nível político, através da luta política. E esta requer uma forma específica de organização: a organização política revolucionária. Só através de sua ação, enraizada nas massas, é possível se conseguir a destruição do aparato estatal burguês e sua substituição por mecanismos de poder popular.” [FAU. A Organização Política Anarquista]

A organização específica anarquista, esse organismo político revolucionário, constitui, portanto, um elemento central em nossa estratégia de poder popular. Não no sentido autoritário e substituísta, que subjuga a capacidade das classes oprimidas no processo de transformação social, ou as quer substituir nessa luta. A organização anarquista é por nós compreendida como um agente que funciona como fermento ou motor das lutas populares: “a organização política não é direção, mas, antes de tudo, um motor das lutas”. [CAZP. Alagoas e o Poder Popular] Trata-se de uma diferenciação entre o caráter de minoria ativa, que atribuímos às nossas organizações políticas (nível político), e o caráter de vanguarda das organizações políticas autoritárias, naquilo que diz respeito às suas relações com os movimentos populares (nível social).

“Diferentemente da organização de vanguarda, o nível político organizado como minoria ativa, que atua com ética, não possui relação de hierarquia e nem de domínio em relação ao nível social. Para nós, como enfatizamos, os níveis político e social são complementares. [...] O nível político complementa o nível social, assim como o nível social complementa o político. Ao contrário do que propõem os autoritários, a ética da horizontalidade que funciona dentro da organização específica anarquista se reproduz em sua relação com os movimentos sociais. Quando em contato com o nível social, a organização específica anarquista atua com ética e não busca posições de privilégio, não impõe sua vontade, não domina, não engana, não aliena, não se julga superior, não luta pelos movimentos sociais ou à frente deles. [...] O objetivo da minoria ativa é, com ética, estimular, estar junto ombro a ombro.” [FARJ. Anarquismo Social e Organização]

Trata-se, portanto, de sustentar uma relação de complementaridade, em que a organização anarquista potencializa os movimentos populares e estes, por sua vez, constituem o campo privilegiado para a prática política anarquista. Nessa relação autogestionária entre organização anarquista e movimentos, impulsiona-se o programa anarquista, pautado em seus princípios fundamentais e em sua estratégia, de maneira a reconstruir o tecido social, organizar as classes oprimidas, estimular entre elas as práticas autogestionárias e caminhar para a construção do poder popular.

Para nós, anarquistas especificistas, construir o poder popular implica, portanto, uma prática dupla: como membros das classes oprimidas, nos organizamos nos movimentos populares em torno de associações amplas, que agregam militantes de diferentes ideologias; ao mesmo tempo, como anarquistas, nos organizamos, pautados em nossas posições ideológicas, para intervir na realidade de maneira mais adequada. Para isso, defendemos ser fundamental a afinidade ideológica, teórica, estratégica e prática dessas organizações anarquistas, que possuem como fundamento a responsabilidade e a disciplina de seus membros, sempre pautadas na ética anarquista.

### **O sistema de dominação e o projeto anarquista de poder popular**

A luta contra a dominação implica métodos de análise e teorias para a compreensão crítica da realidade em que atuamos. Caracterizamos o sistema de dominação contemporâneo como uma estrutura dominadora, fundamentada nas relações sociais das distintas esferas, e que possui na luta entre classes com interesses antagônicos sua expressão mais relevante.

O capitalismo, o Estado e as diferentes estruturas e instituições que contribuem para o estabelecimento desse sistema devem ser suprimidas. Temos o dever de analisar e criticar as realidades, as forças em jogo, os agentes em questão, nossos inimigos, aliados concretos e em potencial. Essa análise, juntamente com nosso objetivo finalista e nosso conjunto de estratégias e táticas, constitui nosso projeto estratégico para intervenção e transformação da sociedade.

Acreditamos que, enquanto houver um sistema de dominação, haverá lutas pela emancipação dos oprimidos, que possuem ensinamentos genuínos ao nosso projeto de poder popular. É em meio a essas resistências que acreditamos que o anarquismo deve estar, contanto com toda a diversidade que caracteriza os diferentes terrenos populares nos quais atuamos; devemos fortalecer os valores libertários que ideologicamente viabilizam a existência desse projeto.

As dominações econômicas, caracterizadas pela exploração capitalista; as dominações políticas, caracterizadas pela divisão da sociedade em governantes e governados e pelas opressões levadas a cabo pela força bruta, pela coerção, ambas impulsionadas pelo Estado; as dominações de ordem cultural e ideológica, fundamentadas pelas idéias que circulam e fortalecem esse sistema – todas essas dominações devem ser combatidas por nós. A cultura e a ideologia produzidas pelos sistemas de dominação criam sujeitos individualistas, sem identidades que lhes vinculem às classes oprimidas, completamente incorporados ao sistema capitalista; esse é também um problema relevante, que também devemos enfrentar.

O projeto de poder popular anarquista contrapõe, em todos esses níveis de dominação, alternativas autogestionárias de luta, “gerando espaços e estímulos para a participação em sindicatos, cooperativas, centros comunitários e estudantis, nas organizações de protesto e nas reivindicações: por trabalho, saúde, teto, terra”. [FAU. Poder, Autogestão e Luta de Classes] Nessas distintas práticas, é fundamental que sustentemos a retomada da economia e da política por parte das classes oprimidas, assim como o estímulo ao desenvolvimento das identidades e culturas de classe dos distintos oprimidos, e também a difusão de uma ética pautada em valores; meios que devem sustentar nosso projeto de poder popular.

### **A CAB e a construção do poder popular**

Nossa proposta de anarquismo, como fermento e motor capaz de impulsionar as lutas populares, a nível nacional e continental, torna-se, portanto, completamente vinculada a esse projeto de poder popular que continuamos a impulsionar; uma estratégia e um objetivo que julgamos ser coerentes para o tempo e o lugar em que atuamos.

A ideologia anarquista constitui, para nós, a base fundamental de nossa prática política; concebemos, portanto, que nossas idéias transformadoras possuem, a partir de nossa intervenção prática na realidade, a materialidade necessária para intervir no jogo de forças que caracteriza o sistema de dominação em que estamos inseridos e buscar transformá-lo com as práticas de intenção revolucionária que nos são características.

Não basta apenas desejar a utopia socialismo libertário; precisamos caminhar em sua direção. Nosso projeto de poder popular parece adequado para enfrentar esse desafio, fundamentando nossas incansáveis intervenções, desde as questões mais comuns, cotidianas, de curto prazo, até aquelas que envolvem planejamentos estratégicos de médio e longo prazo.

A CAB tem por objetivo impulsionar um projeto de poder popular nas localidades em que atua, fazendo do anarquismo a centelha que deve incendiar os movimentos populares, rumo ao nosso ideal de socialismo e liberdade.